

O desencanto da classe trabalhadora

Nalguns países ricos, o aumento do populismo coincide com a crise de identidade da social-democracia, cujas novas causas são pouco atraentes para os seus votantes tradicionais. Chama a atenção que um setor da classe trabalhadora se sinta mais representado por partidos de direita como o UKIP e a Frente Nacional do que pelos socialistas de sempre.

Desde que Gordon Brown se demitiu de primeiro-ministro e líder trabalhista em 2010, os socialistas britânicos tentaram secretários-gerais – primeiro Ed Miliband e depois Jeremy Corbyn – que levem o partido mais para a esquerda, contrapondo os três manda-tos de Tony Blair (1997-2007).

A viragem à esquerda dada por Corbyn foi tão decisiva para os trabalhistas, que hoje dividem-se entre “corbynistas”, defensores de expandir o poder do Estado como na social-democracia de Clement Attlee, e “blairistas”, defensores da sinergia entre o público e o privado que o Novo Trabalho impulsionou.

Os “blairistas” acusam os primeiros de radicalizar o partido com o regresso às políticas da velha esquerda, que incluem nacionalizações, mais impostos para os bancos e os ricos, menos liberdade de ensino, dar primazia aos gastos públicos em detrimento das medidas de austeridade... Mas os “corbynistas” alegam que a única coisa que está a fazer o seu líder, é levar o partido para a margem de onde nunca se devia ter afastado.

Bem-vindos ao UKIP

Para os trabalhistas mais à esquerda, a viagem para o centro de Blair seria a responsável em última análise pelo facto de um setor dos seus votantes de sempre – a classe trabalhadora – se ter passado para o Partido da Independência do Reino Unido (UKIP), de Nigel Farage, considerado populista de direita, antieuropeísta e anti-imigração.

Matthew Goodwin e Robert Ford, autores do livro “Revolt on the

Right” (2014), foram dos primeiros a dar a voz de alarme [a partir das páginas](#) do “The Guardian”: “Num momento em que os salários baixam, a desigualdade aumenta e existem mais cortes sociais, esses votantes [os trabalhadores de colarinho azul] deveriam estar a apoiar o partido que tradicionalmente tem defendido a proteção social e a redistribuição. No entanto, mudaram a sua lealdade para um partido de direita (...). Os mais golpeados pela crise e pela austeridade já não se voltam para o trabalho, mas para as soluções de Farage”.

Escreveram isto dois meses antes do UKIP – que inclui anteriores votantes *tories* – se ter convertido no partido mais votado do Reino Unido nas eleições europeias de 2014, com 26,7 % dos votos. Segundo Peter Kellner, presidente da consultora britânica YouGov, por cada nove votantes que o UKIP roubou nesse ano aos conservadores, tirou seis aos trabalhistas.

Nas parlamentares de 2015, o partido de Farage substituiu os liberais-democratas no terceiro lugar (12,6 % dos votos), atrás dos trabalhistas (30,4 %) e dos conservadores (36,9 %). Embora só tenha obtido um lugar devido às distorções provocadas pelo sistema eleitoral britânico, baseado na regra “o vencedor fica com tudo”, foi patente a subida do UKIP: foi segundo classificado em 118 circunscrições.

Noutro artigo, Goodwin observava que a escalada do UKIP vinha de longe. Entre 2005 e 2013, o apoio ao Partido Trabalhista entre os pensionistas brancos da classe trabalhadora baixou de 45 % para 26 %. No mesmo período, o apoio ao UKIP por parte desse grupo subiu de 3 % para 28 %.

“Fomos deixados sozinhos”

O mal-estar de Martin, despedido de uma fábrica da Ford em 2013, reflete bem a sensação de abandono arraigada entre os britânicos da classe trabalhadora. “Votei sempre nos trabalhistas (...). Mas fiquei farto deles com o Novo Trabalho de Tony Blair. Já não é um partido para a classe trabalhadora. Os *tories* são para os ricos. E os liberais iriam com qualquer dessas duas formações políticas. Fomos deixados sozinhos”.

Sozinhos, sozinhos não. Porque agora têm Farage. “O UKIP está a oferecer soluções nesta altura”, continua Martin. “Não

digo que consigam governar o país. Mas pelo menos atreva-se a dizer o que havia a dizer”.

Martin é um dos entrevistados pela jornalista Hsiao-Hung para o seu livro “Angry White People” (2016), no qual também dá espaço a simpatizantes da organização radical English Defence League (EDL). Os ex-trabalhistas convertidos ao UKIP defendem que a esquerda deixou de se preocupar com as condições laborais da classe trabalhadora e com as oportunidades dos seus filhos, enquanto “presenteia” prestações sociais aos imigrantes do leste da Europa. O EDL acrescenta um ingrediente racista, ao atribuir todos os males do país aos imigrantes, sobretudo muçulmanos.

Turismo de prestações?

Num [documento](#) publicado após as eleições de 2015 pelo *think tank* de esquerda The Fabian Society, vários trabalhistas interrogaram-se sobre por que é que o UKIP conseguiu lançar raízes nalguns dos seus feudos tradicionais. Entre as suas respostas há alguns *mea culpa* que parecem dar razão aos desencantados. “Não soubemos explicar a relação entre o que dão as pessoas à sociedade e o que recebem em troca com dinheiro ou espécie”, escreve uma antiga deputada. Um candidato que perdeu para o UKIP, afirma que as pessoas com quem fala, se queixam de que o sistema de bem-estar não é administrado de forma responsável e que os socialistas britânicos não fizeram nada para o corrigir.

Paradoxalmente, o erro para que apontam estes trabalhistas poderia ter sido corrigido com as receitas do Novo Trabalhismo em vez da defesa dos direitos incondicionais propugnada pela velha esquerda. No seu livro “A terceira via” (1998), o sociólogo Anthony Giddens – inspirador das políticas de Blair – propôs como lema “nenhum direito sem responsabilidade”. E recomendou, por exemplo, que as prestações pelo desemprego acarretassem a obrigação de procurar trabalho de forma ativa.

Contudo, a ideia de que a livre circulação dentro da União Europeia está a favorecer um “turismo de prestações”, pelo qual cidadãos sem trabalho da UE se aproveitam do Estado Providência de outros países, tem muito de mito. Num estudo publicado em outubro de 2013, a Comissão Europeia concluiu que o “turismo” desse tipo “não é grande, nem sistemático”, embora haja diferenças entre países (ver [“Aceprensa”, 16.10.2013](#)).

A situação do Reino Unido pintada por este estudo não é unívoca. Por um lado, os britânicos poderiam queixar-se de que os gastos com saúde no seu país para desempregados comunitários ronda os 1800 milhões de euros, contra os 4 milhões de euros destinados pela França. Mas, por outro, o Reino Unido é o único país onde os estrangeiros comunitários fazem uma menor utilização proporcional do que os nacionais das prestações por desemprego contributivo: só 1 % dos

comunitários sem trabalho recebe prestação, contra 4 % dos britânicos.

O preço da globalização

Outra incongruência dos convertidos ao UKIP é o seu nacionalismo: primeiro, “os nossos”, e depois, os imigrantes. A social-democracia clássica era internacionalista, como recordou Anthony Giddens. Por isso, o sociólogo britânico defendeu as vantagens da globalização e da “soberania múltipla”, incluindo a pertença à UE.

É verdade que o Novo Trabalhismo relegou para segundo plano os trabalhadores manuais. Para Giddens, a moderna economia do conhecimento exigia orientar a educação para desenvolver as competências mais necessárias do futuro. Todavia, houve poucas alternativas para os que viram destruídos os empregos com o advento da nova economia global.

O problema é atual graças às campanhas de dois candidatos à presidência dos EUA, o democrata Bernie Sanders e o republicano Donald Trump. Ambos se opõem aos tratados de livre comércio e prometem medidas para garantir que as fábricas dos EUA permanecem no país.

Num [artigo](#) na “NewStatesman”, o jornalista Robert Wright conta que entendeu melhor este problema num cabeleireiro em Indianápolis, situado em frente de uma fábrica de aparelhos de ar condicionado. Os empregados da fábrica da Carrier tinham recebido a notícia de que iria transferir a produção para o México em 2019, apesar da multinacional proprietária (Uni-ted Technologies) ter tido em 2015, lucros líquidos de 7600 milhões de dólares. Segundo Wright explicou ao cabeleireiro, muitos dos seus clientes – trabalhadores da fábrica – veem-se no futuro presos em empregos temporários e com seguros de saúde mais precários.

Perante exemplos deste tipo, os “blairistas” poderão sempre escudar-se em que o seu plano de choque contra os efeitos perversos da globalização consistia precisamente em formar as gerações seguintes para o tipo de emprego solicitado pela nova economia do conhecimento. Em vez de protecionismo e redistribuição, como quer a esquerda pura e dura, Giddens propôs dar prioridade à igualdade de oportunidades através da educação e do emprego. É a mesma receita reformista que tem sido aplicada em Itália pelo Partido Democrático (PD) de Matteo Renzi, a formação de centro-esquerda que hoje goza de melhor saúde na Europa.

Ex-comunistas por Le Pen

O choque entre “corbynistas” e “blairistas” no Reino Unido, ou entre os simpatizantes de Sanders e os de Hillary Clinton nos EUA, tem similitudes com o que se vive no seio do Partido

Socialista (PS) francês, por causa da reforma laboral (ver [“Aceprensa”, 7.3.2016](#) e [13.5.2016](#)).

Os defensores da esquerda clássica, alinhados com o discurso protecionista dos sindicatos, acusam François Hollande e Manuel Valls de terem traído o PS com as suas políticas “neoliberais”. Estes, pelo contrário, defendem-se dizendo que o verdadeiro socialismo combate a desigualdade de um mercado de trabalho que protege os trabalhadores que estão contratados há mais tempo, enquanto dificulta a contratação indefinida de novos empregados.

No meio do fogo cruzado, a Frente Nacional (FN) consegue pescar votos com um discurso muito parecido ao do UKIP. “Marine Le Pen está a atrair cada vez mais votantes da esquerda, sobretudo de municípios anteriormente comunistas do norte industrial. (...) Nas eleições europeias de 2014, foi o partido mais popular entre os votantes da classe trabalhadora”, [explica](#) a “The Economist”.

A capacidade de atração da FN para estes votantes, que voltou a tornar-se patente na primeira volta das regionais de 2015, dá munhões à esquerda de linha dura: ao deslocar-se para o centro de modo a tentar seduzir a classe média, a esquerda reformista ter-se-ia esquecido das preocupações específicas da classe trabalhadora, seja de operários ou de empregados dos serviços como a hotelaria ou os transportes.

As novas causas da esquerda

Mas no duelo entre ambas as esquerdas há algo mais do que economia e estratégia eleitoral: também pesam as causas sociais às quais cada facção dá prioridade.

O Partido Democrata dos EUA é um bom exemplo. Num momento em que goza de enorme popularidade entre os vencedores da globalização, como os gigantes tecnológicos de Silicon Valley que ajudam a financiar o partido, os democratas estariam a tentar camuflar a sua deriva elitista “insistindo na defesa dos direitos de todas as minorias, não só dos milionários”, [observa](#) Christopher Caldwell no “Le Monde”.

Mas as batalhas de Obama, às quais os apoiantes de Hillary Clinton parecem dispostos a dar continuidade – desde o casamento homossexual às [casas de banho “trans”](#), passando pelas quotas para mulheres nos conselhos de administração e o acesso gratuito ao aborto e aos métodos anticoncepcionais – não são as que mais interessam aos apoiantes de Bernie Sanders.

Anoa Changa, ativista da organização Women for Bernie Sanders, [queixa-se](#) ao “The Guardian” de que algumas feministas a acusam de virar as costas a Hillary Clinton. “Tenho a certeza de que, para certas mulheres, é a candidata perfeita. Mas há muitos temas que afetam as mulheres com salários baixos, as imigrantes ou as de cor, que a sua maneira de fazer

política não aborda”. Ao invés, defende que as propostas do senador por Vermont, de implantar a gratuidade das matrículas universitárias ou a subida do salário mínimo federal para 15 dólares por hora beneficiarão mais mulheres.

No extremo oposto encontra-se a colunista de esquerda Katha Pollit, que opta por Clinton. Nota que Sanders também defende os chamados “direitos reprodutivos”; mas uma coisa é estar a favor, e outra promovê-los ativamente. Para o veterano socialista, [diz](#) Pollit, “o feminismo é uma distração”. E isso implica que “os direitos reprodutivos (tal como [o controlo das] armas e os direitos LGTB, que ele situa ao mesmo nível) são assuna-tos secundários”.

J. M.

O Estado social, em versão nacionalista

Nas últimas eleições na Alemanha e Áustria, os partidos populistas de direita conseguiram arrebatá-la à esquerda uma das suas bandeiras clássicas: a defesa do Estado Providência, mas somente para “os nossos”.

Tal como o Partido Trabalhista com Blair, o Partido Social-Democrata (SPD) alemão fez uma viragem para o centro com Gerhard Schröder, que também se mostrou defensor de reduzir a dependência dos cidadãos em relação ao Estado. Ao abrigo do princípio de “ajuda e exigência”, as reformas Hartz do início da década 2000 injetaram flexibilidade ao mercado de trabalho e incentivaram a procura de emprego, mas à custa do endurecimento dos requisitos para aceder às prestações sociais e inclusivamente de as cortar.

Desde então, [explica](#) o jornalista Janosch Delcker a partir de vários testemunhos, muitos dos seus votantes deixaram de encarar o SPD como o partido da justiça social e dos direitos da classe trabalhadora. Pelo contrário, acusam-no de estar demasiado pendente de assuntos como a política de género, a proteção das minorias ou a diversidade cultural.

A sensação de abandono agravou-se com a crise migratória, ao ponto de, em fevereiro último, o líder do SPD, Sigmar Gabriel, se ter visto obrigado a pedir à sua parceira de coligação, a democrata-cristã Angela Merkel, mais gastos sociais para os alemães de modo a equilibrar as ajudas públicas destinadas aos refugiados.

Delcker, correspondente do “Politico” em Berlim, identifica um terceiro fator que está por detrás do declínio social-democrata na Alemanha: a falta de líderes carismáticos, com exceções como Malu Dreyer, que revalidou a sua vitória na Renânia-Palatinado no passado mês de março. Mas nos outros dois

estados alemães onde houve eleições (Baden-Württemberg e Saxónia Anhalt), o SPD ficou em quarto lugar, após o Alternativa para a Alemanha (AfD), um partido anti-imigração de direita.

Para Delcker, um sintoma dos novos tempos é que o distrito operário de Mannheim, no estado de Baden-Württemberg, passou para as mãos do AfD... após 64 anos de governo social-democrata.

“Os austríacos primeiro”

A impressão de que as ajudas aos imigrantes estão a prejudicar os votantes da classe trabalhadora também é visível na Áustria. Um [artigo](#) assinado por vários jornalistas na “Der Spiegel”, ilustra isso com o exemplo de Simmering, um distrito operário ao sul de Viena que hoje se destaca pela sua diversidade étnica. Os naturais da zona queixam-se de que os imigrantes se converteram nos principais beneficiários das habitações sociais, o que explicaria a vitória nesse distrito do Partido da Liberdade da Áustria (FPÖ), nacionalista e anti-imigração.

Mas o sucesso do FPÖ não se limita aos bairros operários. O líder desta formação, Norbert Hofer, perdeu por muito pouco a segunda volta das eleições presidenciais realizadas no passado dia 22 de maio. Obteve 49,7 % dos votos, contra 50,3 % do candidato independente apoiado pelos Verdes, Alexander Van der Bellen. Os jornalistas da “Der Spiegel” apontam um dado ilustrativo: hoje, três em cada quatro trabalhadores manuais na Áustria votam no FPÖ; a formação também é favorita entre os sindicalistas.

Com o seu lema de “Áustria e os austríacos primeiro”, Hofer apresentou-se durante a campanha como o garante do Estado Providência, supostamente ameaçado pelas políticas migratórias da esquerda. “Precisamos de controlar as nossas fronteiras. A Áustria não é a segurança social de meio planeta”, disse num comício. É a mesma ideia que repetem nos países nórdicos os partidos populistas de direita como o Partido do Povo Dinamarquês, o Partido dos Autênticos Finlandeses ou o Partido dos Democratas Suecos.

J. M.